

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA FERTIBRÁS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (i) **FERTIBRÁS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Henry Ford, n.º 803, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.442.109/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”) e, como agente fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas adquirentes das debêntures de emissão da Emissora (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), (ii) **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54 (o “Agente Fiduciário”), e, na qualidade de intervenientes anuentes, (iii) **BENSPAR S.A.**, companhia com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Henry Ford, n.º 803, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.288.916/0001-83, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Benspar”) e (iv) **WLADIMIR ANTONIO PUGGINA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade R.G. n.º 2.695.368-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 065.353.358-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Teófilo Ribeiro de Andrade, n.º 160, 8º andar, com a anuência de **MARIA HELENA MATTOS NEVES PUGGINA**, brasileira, casada, socióloga, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 3.418.084-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n.º 217.997.218-09, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Teófilo Ribeiro de Andrade, n.º 160, 8º andar, vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Fertibrás S.A.” (respectivamente, a “Escritura de Emissão”, a “Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 27 de outubro de 2003 (a “AGE”).

1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os itens VI a VIII do art. 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a “Lei das Sociedades por Ações”), inclusive modificando tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como deliberar o cancelamento de Debêntures quando for o caso.



Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (a “JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro das Garantias

2.4.1. O Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Penhor de Ações”), pelo qual será formalizada a garantia real mencionada no item 4.19 da Cláusula Quarta abaixo, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo o penhor das ações devidamente averbado nos livros da empresa emissora das ações objeto do penhor e/ou da instituição custodiante das ações objeto do penhor, conforme o caso, nos termos do disposto no Artigo 39, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. O Contrato de Penhor de Recebimento de Dividendos e Outras Avenças (“Contrato de Penhor de Dividendos”), de que trata o item 4.6.2 da Cláusula Quarta abaixo, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento



2.5.1. A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

2.6. Registro no Sistema BOVESPA FIX e no Sistema Nacional de Debêntures

2.6.1. As Debêntures serão registradas para negociação, no mercado secundário, (i) no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (o “BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), e (ii) no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 6.500 (seis mil e quinhentas) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

3.4.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão destinar-se-ão ao pagamento de dívidas de curto prazo da Emissora, relacionadas à capital de giro e/ou financiamentos de importações nas respectivas datas de vencimento.



3

3.5. Limite da Emissão

3.5.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. Apesar de o valor total da Emissão, na data de emissão, que é de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), ultrapassar o valor do capital social da Emissora, que, em 30 de setembro de 2003, era de R\$ 47.500.000,00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), o valor total da Emissão apresenta garantia real constituída pela Emissora em benefício dos Debenturistas, no valor equivalente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do valor total das Debêntures, na data de emissão abaixo definida.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a terceira emissão de debêntures da Emissora, sendo a segunda distribuição pública.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1. O Banco Mandatário e Agente Escriturador da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições coordenadoras da distribuição que desejarem efetuar investimento nas Debêntures, independentemente de ordem cronológica.

4.1.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM e da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.



4.2. Negociação

4.2.1. As Debêntures serão registradas para negociação junto (i) ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) ao BOVESPA FIX da BOVESPA.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2003 (a “Data de Emissão”).

4.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”).

4.5. Forma e Conversibilidade

4.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escriturais e não conversíveis em ações da Emissora.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, a qual foi constituída na forma do item 4.19 desta Cláusula Quarta.

4.6.2. Como garantia adicional às Debêntures, (i) é prestada fiança pelo acionista da Emissora, Sr. Wladimir Antonio Puggina, com a anuência da Sra. Maria Helena Mattos Neves Puggina, conforme estabelece o item 4.20 desta Cláusula Quarta e (ii) foi celebrado o Contrato de Penhor de Dividendos entre a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário.



5

4.7. Prazo e Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 3 (três) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2006 (a “Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.8. desta Cláusula Quarta, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.8. Remuneração

4.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano, base 252 dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido no item 4.8.3. abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.3. abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



6

Fator DI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(cis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " dk " um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

FatorSpread = calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[(s + 1)^{\frac{du}{252}} \right]$$

onde:

$s = 2,5\%$ (dois e meio por cento).

du = quantidade de dias úteis de cada Período de Capitalização



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.8.2. A Remuneração será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.8.5. abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.5. O pagamento da Remuneração das Debêntures será realizado semestralmente, nos dias 1º de abril de 2004, 1º de outubro de 2004, 1º de abril de 2005, 1º de outubro de 2005, 1º de abril de 2006 e 1º de outubro de 2006.

4.8.6. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.7. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada, convocar Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.



8

4.8.8. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

(ii) A Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures, (i) todos os titulares de Debêntures receberão pagamento na mesma proporção e (ii) a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.5 desta Cláusula Quarta, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.10. Amortização

4.10.1. As Debêntures serão amortizadas em 4 (quatro) parcelas iguais, de acordo com o seguinte cronograma: (a) 25% do Valor Nominal Unitário será amortizado em 1º de abril de 2005; (b) 25% do saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 1º de outubro



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 9.

de 2005; (c) 25% do saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 1º de abril de 2006; e (d) o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 1º de outubro de 2006.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior a seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1 São considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado das Debêntures e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, observado o disposto no item 4.12.5.abaixo, do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) não pagamento pela Emissora do principal ou da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento, não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;
- (c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, excluídas as obrigações de natureza pecuniária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias para a regularização do descumprimento de qualquer obrigação da presente Escritura de Emissão não



10

será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Cláusula Quarta;

- (d) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- (e) pedido de auto falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas e/ou pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que não seja indeferido no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do pedido de falência;
- (f) liquidação, dissolução, extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas (salvo se por motivo de reorganização societária envolvendo a Emissora e qualquer de suas controladas) ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas;
- (g) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) não manutenção pela Emissora dos Índices e Limites estabelecidos no item 5.4. da Cláusula Quinta abaixo;
- (i) implementação de reorganização societária que resulte na transferência a outra sociedade de parcela de ativos da Emissora no valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (salvo se por motivo de reorganização societária envolvendo exclusivamente a Emissora e suas controladas, e desde que tal transferência não afete a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações pecuniárias nos termos dessa Escritura de Emissão);
- (j) o descumprimento das condições do Contrato de Penhor de Ações de que trata o item 4.19 abaixo; e
- (k) o pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio se a Emissora estiver por mais de 10 (dez) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures;

4.12.2. Quando da ocorrência dos eventos previstos nos itens (b), (c), (g), (h), (i), (j) e (k) indicados no item 4.12.1 acima, e respeitados os prazos ali estipulados, a Emissora poderá



11

convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, Assembléia Especial de Debenturistas para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pelo Agente Fiduciário.

4.12.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.12.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.12.3. acima por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.1. acima.

4.12.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do item (a) da Cláusula 4.12.1 acima, da multa e dos juros moratórios, conforme item 4.13 abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.13 abaixo, que, na hipótese prevista do item (a) da Cláusula 4.12.1. acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios à razão



12

de 1% (hum por cento) ao mês e (iii) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pelo SDT, para as Debêntures registradas no SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CBLC ou CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Osasco, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações.

4.18. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização



13

4.18.1. A subscrição das Debêntures que sejam colocadas no âmbito da Emissão será efetuada com observância dos procedimentos do SDT, no prazo máximo de 6 meses, contados da data de registro da Emissão na CVM. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.18.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.19. Constituição da Garantia Real das Debêntures

4.19.1. As Debêntures têm garantia real, no valor total, na Data de Emissão, de R\$ 92.950.000,00 (noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais), representada pelo penhor de 1º grau de: (i) 807.517.280 (oitocentos e sete milhões, quinhentos e dezessete mil, duzentos e oitenta) ações ordinárias e 2.138.576.224 (dois bilhões, cento e trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e quatro) ações preferenciais de emissão da Fosfertil – Fertilizantes Fosfatados S.A. (“Fosfertil”) de titularidade da Emissora (as “Ações da Fosfertil de Titularidade da Emissora”); (ii) 288.918.280 (duzentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, duzentos e oitenta) ações ordinárias e 987.436.560 (novecentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta) ações preferenciais de emissão da Fosfertil de titularidade da Benspar (as “Ações da Fosfertil de Titularidade da Benspar”); e (iii) 451.277.202 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e duas) ações ordinárias de emissão da Fertifós Administração e Participação S.A. (“Fertifós”) de titularidade da Emissora (as “Ações da Fertifós de Titularidade da Emissora”) (as Ações da Fosfertil de Titularidade da Emissora, as Ações da Fosfertil de Titularidade da Benspar e as Ações da Fertifós de Titularidade da Emissora serão denominadas em conjunto como as “Ações Gravadas”).

4.19.1.1. O penhor de 1º grau das Ações Gravadas foi constituído e devidamente formalizado nos termos de Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário.

4.19.1.2. Para fins de constituição do penhor de 1º grau acima referido, o valor das Ações Gravadas foi calculado de acordo com o seguinte procedimento:



14

- (i) As Ações da Fosfertil de Titularidade da Emissora e as Ações da Fosfertil de Titularidade da Benspar foram avaliadas, na Data de Emissão, no valor de R\$ 16,60 (dezesesseis reais e sessenta centavos) por lote de mil ações, totalizando o montante de R\$ 70.092.642,51 (setenta milhões, noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), com base na média ponderada (por volume) do preço de negociação, na BOVESPA, das ações preferenciais de emissão da Fosfertil nos 3 (três) meses anteriores à Data de Emissão; e
- (ii) As Ações da Fertifós de Titularidade da Emissora foram avaliadas, na Data de Emissão, no valor de R\$ 50,65 (cinquenta reais e sessenta e cinco centavos) por lote de mil ações, totalizando o montante de R\$ 22.857.357,49 (vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos), com base na seguinte fórmula:

$V = (P \times I - D)/Q$, onde:

V = Valor por Ação da Fertifós de Titularidade da Emissora

Q = número de ações representativas do capital social total da Fertifós, na Data de Emissão

P = o preço médio de negociação, na BOVESPA, das ações preferenciais de emissão da Fosfertil nos 3 (três) meses anteriores à Data de Emissão

I = número de ações de emissão da Fosfertil, de propriedade da Fertifós, na Data de Emissão

D = o valor total da dívida bruta contabilizada no balanço patrimonial da Fertifós de 30 de setembro de 2003.

4.19.2. A Emissora e a Benspar neste ato declaram que as Ações Gravadas estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame.

4.19.3. As Ações Gravadas deverão sempre representar uma garantia real da Emissora correspondente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do Valor Nominal das De-



Handwritten signatures and the number 15.

bêntures não amortizadas, acrescidas da Remuneração, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura de Emissão (“Valor Mínimo da Garantia”).

4.19.3.1. Na medida em que as Debêntures sejam amortizadas nos termos dessa Escritura de Emissão, serão liberadas Ações Gravadas (i) numa proporção que possibilite a manutenção do Valor Mínimo da Garantia durante o prazo das Debêntures e (ii) de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Penhor de Ações. As Ações da Fertifós de Titularidade da Emissora terão prioridade de desoneração.

4.19.4. As Ações Gravadas serão objeto de avaliação trimestral, a ser realizada pelo Agente Fiduciário ao final de cada período de três meses a contar da Data de Emissão, mediante a utilização dos mesmos critérios indicados no item 4.19.1.2. acima (cada, uma “Avaliação Trimestral”), quais sejam:

- (i) As Ações da Fosfertil de Titularidade da Emissora e as Ações da Fosfertil de Titularidade da Benspar serão avaliadas com base na média ponderada (por volume) do preço de negociação, na BOVESPA, das ações preferenciais de emissão da Fosfertil nos 3 (três) meses anteriores à data de cada Avaliação Trimestral; e
- (ii) As Ações da Fertifós de Titularidade da Emissora serão avaliadas com base na seguinte fórmula:

$V = (P \times I - D)/Q$, onde:

V = Valor por Ação da Fertifós de Titularidade da Emissora

Q = número de ações representativas do capital social total da Fertifós na data de cada Avaliação Trimestral

P = o preço médio de negociação, na BOVESPA, das ações preferenciais de emissão da Fosfertil nos 3 (três) meses anteriores à data de cada Avaliação Trimestral

I = número de ações de emissão da Fosfertil, de propriedade da Fertifós na data de cada Avaliação Trimestral



16

D = o valor total da dívida bruta contabilizada no balanço patrimonial da Fertifós do último balanço patrimonial da Fertifós.

4.19.5. O valor apurado em cada Avaliação Trimestral deverá ser utilizado para fins de cálculo do Valor Mínimo da Garantia.

4.19.6. Na hipótese do valor total das Ações Gravadas corresponder, em qualquer Avaliação Trimestral a valor inferior ao Valor Mínimo da Garantia, a Emissora e a Benspar deverão apresentar reforço da garantia real, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, mediante a entrega de outras ações de emissão da Fosfertil e/ou da Fertifós, a exclusivo critério da EMISSORA, na quantidade que seja necessária para se restabelecer o Limite Mínimo da Garantia.

4.19.6.1. As ações que venham a ser entregues na forma do item 4.19.6. serão empenhadas em 1º grau, nos termos do Contrato de Penhor de Ações.

4.19.6.2. Na hipótese da Emissora e/ou da Benspar não serem detentoras de ações suficientes para reforçar a garantia real, nos termos do item 4.19.6., poderão ser apresentados outros bens de titularidade da Emissora e/ou da Benspar, passíveis de avaliação, mediante aprovação de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação.

4.20. Da Constituição da Fiança

4.20.1. Como garantia adicional do fiel e pontual pagamento das Debêntures, o acionista da Emissora, Sr. Wladimir Antonio Puggina (o “Fiador”), presta fiança, com a anuência da Sra. Maria Helena Mattos Neves Puggina, obrigando-se como fiador e principal pagador pelo pagamento das Debêntures, nos termos indicados abaixo.

4.20.2. O Fiador declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador da dívida representada pelas Debêntures, perante o Agente Fiduciário.

4.20.3. O valor da presente fiança é correspondente ao montante total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescidas da Remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão (o “Valor Garantido”).



4.20.4. O Valor Garantido será pago pelo Fiador ao Agente Fiduciário, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Fiador. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário após (i) a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e (ii) a realização de todos os procedimentos de excussão extrajudicial das Ações Gravadas nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Penhor de Ações.

4.20.5. O Fiador expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

4.20.6. Caso o Fiador torne-se insolvente, poderá o Agente Fiduciário requerer a sua substituição, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição do Fiador.

4.20.7. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos do Agente Fiduciário caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula.

4.20.8. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário: (i) com o pagamento integral do Valor Garantido, ficando o Fiador, a partir de tal data, automaticamente desobrigado de efetuar qualquer pagamento com base nesta Cláusula e a Emissora desobrigada de efetuar qualquer pagamento aos Debenturistas e/ou (ii) mediante ocorrência de substituição da Fiança, observado o disposto nos itens 4.20.9 e 4.20.10 abaixo.

4.20.9. O Fiador somente poderá ser substituído mediante prévia aprovação de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

4.20.10. Na hipótese de alteração do controle acionário da Emissora, (i) a Emissora poderá nomear novo fiador mediante prévia aprovação de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação ou (ii) a Emissora providenciará a constituição de fiança bancária em benefício dos Debenturistas, juntamente à instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente AA- conferida pela agência Fitch Atlantic Ratings. Para as instituições financeiras não classificadas em escala nacional, será requerida uma classificação equivalente a AA- para a respectiva matriz em escala global ou nota correspondente conferida pela Moody's ou Standard and Poors.



Handwritten signatures and the number 18.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
 - (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
 - (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17 acima;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



19

- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) convocar, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, Assembléia Geral de Debenturistas na ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (j) manter válidos e em vigor todos os seguros sobre os ativos da Emissora descritos nos Prospectos de que trata o item 8.1. da Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão, existentes na Data de Emissão, desde que as condições para a contratação ou renovação das apólices de seguros desses bens, notadamente no que se refere à proporcionalidade entre o valor do prêmio e o valor do bem segurado, sejam similares às condições vigentes, na data da celebração desta Escritura de Emissão, para a contratação de seguro para os referidos bens;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e a esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante a comunidade dos Debenturistas;
- (l) cumprir em todos os aspectos todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



20

- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Agência de Rating, Banco Mandatário e Agente Escriurador Mandatário (de que trata o item 9.1. da Cláusula Nona dessa Escritura de Emissão), Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);
- (n) durante todo o prazo de vigência das Debêntures, divulgar ou permitir que a Agência de Rating referida acima divulgue relatório com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (o) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer evento previsto no 4.12.1 no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de sua ocorrência;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (q) cumprir com todos os termos e condições do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Penhor de Dividendos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (p). acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- b) extração de certidões;
- c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.



Handwritten signatures and the number 21.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(p) desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.3. A Emissora declara não haver qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

5.4. A Emissora deverá manter, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, os seguintes Índices e Limites (os “Índices e Limites”):

- i) $\frac{\text{dívida líquida}}{\text{patrimônio líquido}} \leq 1,35;$
- ii) $\frac{\text{EBITDA}}{\text{despesa financeira líquida}} \geq 2,0;$
- iii) $\frac{\text{EBITDA}}{\text{dívida líquida}} \geq 0,18;$

5.4.1. Para os fins do disposto no item 5.4 acima:

- (i) *dívida líquida* significa o somatório dos empréstimos, financiamentos (excluídos fornecedores internacionais) e debêntures, presentes tanto no passivo circulante quanto no exigível a longo prazo, e avais concedidos em garantia pela Emissora, subtraído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras e dividendos a receber em períodos subsequentes que tenham sido declarados por empresas controladas e coligadas);
- (ii) *patrimônio líquido* é o patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial da Emissora, composto do capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados;
- (iii) *EBITDA* é lucro da Emissora antes das despesas financeiras, receitas financeiras, depreciação, amortização e impostos; e
- (iv) *Despesa financeira líquida* significa despesas financeiras menos receitas financeiras (excluídos os efeitos da variação monetária ativa e passiva), conforme apurado nas demonstrações de resultado da Emissora.



Handwritten signatures and the number 22.

5.4.2. Os Índices e Limites estabelecidos acima serão apurados pelo Agente Fiduciário com base nas informações financeiras não consolidadas da Emissora. O índice e Limite definido no item 5.4.(i) será apurado trimestralmente nas datas de divulgação das Informações Trimestrais da Emissora encaminhadas à CVM. Os Índices e Limites definidos no item 5.4.(ii) e (iii) serão apurados anualmente, nas datas de divulgação das Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora à CVM

5.5. Se a Emissora estiver por mais de 10 (dez) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, e for declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 4.12. desta Escritura de Emissão, recebimentos referentes ao pagamento de dividendos que venham a ser declarados pela Fosfertil e pela Fertifós, em benefício da Emissora e da Benspar, a partir da Data de Emissão e até a data em que todas as obrigações pecuniárias da Emissora sejam cumpridas nos termos dessa Escritura de Emissão, (“Dividendos”), serão direcionados para uma conta vinculada de titularidade do Agente Fiduciário, até os limites das obrigações da Emissora, nos termos dessa Escritura de Emissão.

5.5.1. O Agente Fiduciário providenciará a abertura da Conta Vinculada no momento de declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Conta Vinculada será de titularidade do Agente Fiduciário, mantida junto ao Banco Itaú S.A., e terá como única finalidade receber pagamentos de Dividendos na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

5.5.1.1. A Emissora expressamente declara ter conhecimento e anuir com o fato de que somente o Agente Fiduciário terá poderes para movimentar a Conta Vinculada, de forma a proceder aos pagamentos dos valores eventualmente devidos pela Emissora aos titulares de Debêntures, na forma estabelecida abaixo.

5.5.2. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, os Dividendos declarados pela Fosfertil serão depositados na Conta Vinculada pela instituição custodiante das ações de emissão da Fosfertil, o Banco Bradesco S.A.

5.5.3. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, os Dividendos declarados pela Fertifós serão depositados na Conta Vinculada pela Fertifós, tendo em vista que as ações de emissão da Fertifós são nominativas.



23

5.5.4. Nas hipóteses descritas nos itens 5.5.2. e 5.5.3. acima, recebimentos referentes ao pagamento de Dividendos passarão a ser depositados, cumulativamente, na Conta Vinculada, sendo que, a cada R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) que venham a ser depositados na Conta Vinculada, o Agente Fiduciário deverá realizar pagamentos referentes às Debêntures.

5.5.5. Os pagamentos que venham a ser realizados aos Debenturistas na forma prevista no item 5.5.4. acima serão realizados a todos os titulares de Debêntures na mesma proporção e serão deduzidos do valor total devido pela Emissora aos titulares das Debêntures, nos termos dessa Escritura de Emissão.

5.5.6. O mecanismo de direcionamento de recursos de que trata esse item 5.5 será cancelado a partir do momento em que todas as obrigações pecuniárias da Emissora tenham sido cumpridas, nos termos dessa Escritura de Emissão.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983;



Handwritten signatures and initials are present in the right margin of the page.

- e) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- f) ter verificado a regularidade da constituição da garantia real das Debêntures, bem como o valor dos bens dados em garantia; e
- g) estar ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) devida no 5º dia seguinte à data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;
- b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração nos termos do item (a) acima, com base no Índice Geral de Preços – Mercado, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
- c) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos, nas alíquotas vigentes à época de cada pagamento: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração, excetuado o Imposto sobre a Renda de responsabilidade do Agente Fiduciário;
- d) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula Quinta acima, desde que devidamente comprovadas; e



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 25.

e) em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Penhor de Dividendos, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Penhor de Dividendos nos órgãos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;



26

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- i) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- j) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - K.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - K.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - K.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - K.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - K.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - K.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



Handwritten signatures and the number 27.

l) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

1.1) na sede da Emissora;

1.2) na sede do Agente Fiduciário;

1.3) na CVM;

1.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

1.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

m) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, solicitação de informações junto à Emissora e à instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures;

o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;

q) apurar os Índices e Limites estabelecidos no item 5.4. da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;

r) realizar as Avaliações Trimestrais de que trata o item 4.19.4 da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão; e



28

- s) verificar a regularidade da constituição da garantia real das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a execução do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Penhor de Dividendos; e,
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens 4.12.2 a 4.12.4 da Cláusula Quarta dessa Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima, se a assembléia dos Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.12.3. Na hipótese da alínea “d”, bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela trimestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário, deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para a Assembléia Geral de Acionistas.



30

7.4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembléia dos Debenturistas, que serão tomadas pela maioria dos presentes, observado o disposto nos itens 7.6 e 7.7. abaixo, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.6. A renúncia à declaração de vencimento antecipado da Debêntures, nos termos do item 4.12.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive a renúncia, alteração ou revisão dos Índices e Limites previstos no item 5.4. dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.7. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, da Remuneração e das garantias das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas, bem como respectivos diretores ou conselheiros.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES

8.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and a signature below it, and a signature at the bottom right.

31

- a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 30 de junho de 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;



32

- h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo de distribuição das Debêntures (os “Prospectos”) contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;
- i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. O Agente Fiduciário declara que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.



[Handwritten signatures and initials]

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Fertibrás S.A.
Avenida Henry Ford, n.º 803
CEP 06210-108
Osasco – SP
Tel.: (11) 36858500
Fax.: (11) 36824465
At.: Sr. Wladimir Antonio Puggina

Para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, n.º 2.439, 11º andar
01311-300 - São Paulo – SP
tel. (11) 3061.9444
fax. (11) 3061.9575
e-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Itaú S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar
04344-902 - São Paulo – SP
tel.: (11) 5029.1605
fax: (11) 5029.1917
At.: Srs. Luiz Loureiro ou José Idelfonso Neri

Para o Fiador:

Avenida Henry Ford, n.º 803
CEP 06210-108



34

Osasco – SP
Tel.: (11) 36858500
Fax.: (11) 36824465
At.: Sr. Wladimir Antonio Puggina

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julga-



35

mento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão.

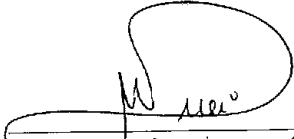
Cláusula Onze – DO FORO

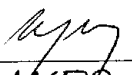
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, em conjunto com as 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

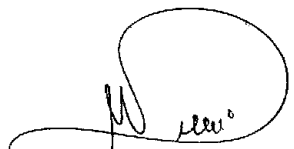
São Paulo, 27 de outubro de 2003.

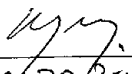
FERTIBRÁS S.A.


Nome: Wladimir A. Puggina
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: MARCELO BENEDETTI FIGUEIREDO
Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

BENSPAR S.A.



Nome: Wladimir A. Puggina
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

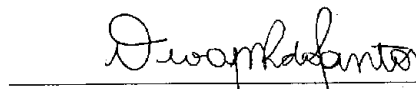

Nome: MARCELO BENEDETTI FIGUEIREDO
Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE





36

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.



Nome: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor


Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

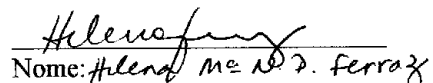
FIADOR:



Nome: VLADIMIR A. PUGGINA
CPF: _____

ANUENTE DA FIANÇA:


Nome: MARIA HELENA M. N. PUGGINA
CPF: _____

Testemunhas:


Nome: Helena M. N. Ferraz
CPF: 146273998-90


Nome: Lucinéia da Cunha
CPF: 115.795.498-70

